Proc. TC-043.113/2018-4
Tomada de Contas Especial

PARECER

Conforme se observa na peça 5, p. 320-330, o Convênio 700885/2010 (Siafi 663179), firmado em 24/11/2010, estabelecia, na cláusula décima terceira, um prazo máximo de 60 dias após o término da vigência para a apresentação da prestação de contas. Como a vigência do convênio, segundo o que previa a cláusula quarta, era de 365 dias a contar da sua assinatura, o prazo limite para a apresentação das contas se escoou em 23/01/2012, portanto, ainda durante a gestão do Sr. Agamenon Lima Milhomem (2009-2012), signatário do convênio, que não cumpriu a obrigação que lhe cabia.

Feito o registro, e considerando que o ex-prefeito omissis, regularmente citado, não apresentou defesa, manifestamo-nos de acordo com a proposta de mérito alvitrada pela SECEX-TCE na instrução que integra a peça 22, ressalvando, porém, que o fundamento legal da condenação deve ser o artigo 16, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei 8.443/1992.

Adicionalmente, sugerimos que seja enviada cópia do Acórdão que vier a ser proferido, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

Ministério Público, em 25 de maio de 2020.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador